

GESTÃO DA PETROBRÁS FRUSTRA EXPECTATIVA DA CATEGORIA E REFORÇA MOBILIZAÇÕES **COM ATO NACIONAL DIA 25 DE AGOSTO POR NOVO PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS**

Proposta apresentada pela gestão da Petrobrás amplia a mobilização da categoria, que já teve início na UTGCA, em Caraguatatuba, e seguirá por todas as bases do Litoral Paulista, culminando no grande ato em frente ao Edisen, no Rio de Janeiro. O Sindipetro-LP convoca trabalhadores, trabalhadoras, aposentados, aposentadas e pensionistas para integrarem a caravana que seguirá no dia 25 em defesa de um novo Plano de Cargos e Salários e do fim dos equacionamentos da Petros.

A expectativa criada pela categoria petroleira após a assinatura do Acordo Coletivo de Trabalho 2025-2027 era clara: finalmente iniciar uma negociação séria para construir um novo Plano de Cargos e Salários para todo o Sistema Petrobrás. Entretanto, a proposta inicial divulgada pela atual gestão da Petrobrás caminha na direção oposta.

Longe de enfrentar as distorções existentes entre o PCAC e o PCR, a direção da companhia apresenta uma medida limitada, que transforma uma reivindicação histórica da categoria em uma simples campanha de migração para um modelo amplamente questionado pela força de trabalho. Essa não foi a pauta construída pelos petroleiros. A categoria apresentou uma proposta unificada. A gestão da Petrobrás teve tempo de sobra para responder.

A pauta de um novo Plano de Cargos e Salários foi entregue oficialmente à Petrobrás em abril de 2025, após um amplo processo de construção coletiva realizado pela Federação Nacional dos Petroleiros (FNP) e pela



Federação Única dos Petroleiros (FUP). Desde então, a atual gestão da Petrobrás teve mais de um ano para estudar a proposta, dialogar com as representações sindicais e elaborar um novo plano capaz de corrigir as distorções existentes.

Não faltou tempo. O que faltou foi disposição da alta gestão para enfrentar o debate que a categoria colocou sobre a mesa.

O ACT estabeleceu condicionantes. A responsabilidade pela demora é da gestão
O Acordo Coletivo de Trabalho 2025-2027 prevê a **SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE ALGUMAS AÇÕES**

JUDICIAIS relacionadas ao tema como condicionante para o início desta etapa das negociações. É importante destacar que suspensão não significa desistência, renúncia ou encerramento das ações. Trata-se de uma medida temporária para possibilitar o ingresso dos sindicatos na mesa de negociação, preservando os direitos que continuam sendo discutidos judicialmente.

O Sindipetro-LP cumprirá integralmente o que foi pactuado coletivamente, mas faz questão de deixar claro: a participação nas negociações não significa concordância prévia com o conteúdo

que a empresa vem divulgando.

Caso as negociações não sejam frutíferas para a categoria, poderá ser mais adequado manter as ações judiciais e rejeitar qualquer proposta que represente uma derrota para os trabalhadores. Essa avaliação, no entanto, será realizada no momento oportuno, e a decisão caberá à categoria, democraticamente, em assembleia.

Neste momento, a FNP e seus sindicatos estão concluindo as avaliações jurídicas necessárias sobre os procedimentos de suspensão dos processos coletivos para ingressar com segurança na mesa. Isso, porém, jamais

poderá servir de desculpa para a omissão da empresa.

Cada sindicato possui ações judiciais diferentes, em estágios processuais distintos, que podem abranger apenas uma parcela ou a totalidade de sua base. Por isso, é necessário adotar a melhor tática jurídica e política em cada situação, respeitando a autonomia de cada sindicato da FNP para conduzir suas ações e defender os interesses dos trabalhadores que representa.

A empresa teve tempo de sobra para elaborar uma proposta consistente, capaz de responder à pauta construída nacionalmente pela categoria. Mesmo assim, a proposta foi apresentada oficialmente apenas à FUP. Embora o Sindipetro-LP e os demais sindicatos da FNP ainda não tenham recebido formalmente o documento, a categoria já manifestou, pelas redes sociais e por outros meios, sua forte rejeição ao conteúdo divulgado. O Sindipetro-LP participará das próximas rodadas de negociação após realizar a **SUSPENSÃO TEMPORÁRIA** das ações judiciais previstas no acordo.

A categoria nunca pediu uma nova migração para o PCR

É importante deixar uma questão muito clara. Os trabalhadores nunca reivindicaram uma nova campanha de migração para o PCR. A reivindicação construída nacionalmente foi outra. A categoria quer um novo Plano de Cargos e Salários para todo o Sistema Petrobrás, baseado na isonomia, na valorização profissional e na correção das distorções acumuladas ao longo dos últimos anos.

Entre os principais eixos da pauta construída pelos trabalhadores estão:

- Plano único para todo o Sistema Petrobrás;
- Isonomia salarial entre todos os trabalhadores;
- Correção das distorções existentes entre PCAC e PCR;
- Regras permanentes protegidas por negociação coletiva;
- Critérios transparentes para progressão, promoção e mobilidade;
- Valorização das carreiras e reparação das perdas acumuladas.

Nenhum almoço é de graça!

A medida apresentada pela direção da Petrobrás limita-se praticamente a oferecer uma compensação financeira para estimular trabalhadores do PCAC a aderirem a um PCR “melhorado”. Esse aceno financeiro não resolve nenhuma das distorções

denunciadas pela categoria. Ao contrário. Busca ampliar a adesão a um modelo que continua sendo alvo de inúmeras críticas da força de trabalho.

Entre os petroleiros existe praticamente um consenso: nenhum almoço é de graça. Os

trabalhadores sabem que vantagens imediatas podem esconder prejuízos permanentes para suas carreiras. Foi justamente por isso que a categoria não reivindicou dinheiro para migrar de plano. Reivindicou um novo Plano de Cargos e Salários.



O desafio do Sindipetro-LP

Se a atual gestão da Petrobrás realmente acredita que o PCR é superior ao PCAC, o Sindipetro Litoral Paulista lança um desafio simples: que permita também aos trabalhadores atualmente vinculados ao PCR retornarem ao PCAC antes do início das negociações.

Essa seria a verdadeira prova de confiança no modelo defendido pela direção da companhia. Se o PCR é tão vantajoso quanto afirma a gestão da Petrobrás, não há motivo para temer a liberdade de escolha nem para impedir que os trabalhadores escolham livremente entre os dois planos

Calendário, transparência e mobilização da base

A FNP e seus sindicatos exigirão que a Petrobrás apresente formalmente uma proposta completa e estabeleça um calendário efetivo de reuniões para garantir uma negociação de fato. Afinal, a categoria conhece bem a estratégia de prolongar discussões, administrar expectativas e adiar soluções para temas que exigem decisão política — a famosa enrolação patronal.

Como parte da mobilização em defesa de um novo Plano de Cargos e Salários, o Sindipetro-LP iniciará atrasos com os grupos e o ADM nas trocas de turno em todas as suas bases. As atividades serão

organizadas junto aos trabalhadores e trabalhadoras para pressionar a gestão da Petrobrás a abandonar a proposta limitada de migração para o PCR e abrir uma negociação efetiva sobre a pauta construída pela categoria.

Para enfrentar esse cenário, o Sindicato também está mobilizando trabalhadores e trabalhadoras da ativa, aposentados, aposentadas e pensionistas para somar forças ao grande ato nacional marcado para o dia 25, em frente ao Edifício Senado (Edisen), no Rio de Janeiro.

A ação, organizada pela FNP, pelo Sindipetro-LP e por en-

tidades parceiras, vai cobrar diretamente da presidenta da Petrobrás, Magda Chambriard, respostas concretas para duas pautas cruciais: a garantia de um Plano de Cargos e Salários justo, transparente e construído com a participação efetiva da categoria e a solução definitiva para os Planos de Equacionamento de Déficits (PEDs) da Petros.

O Sindipetro-LP manterá a base permanentemente informada sobre cada desdobramento, convocando todos e todas a participarem ativamente das decisões e dos atos.

As negociações estão apenas começando. Nenhuma

proposta será aceita previamente ou decidida apenas pelas direções sindicais. Ao final do processo, será a categoria, reunida em assembleia, que avaliará os resultados e decidirá se a proposta apresentada pela Petrobrás atende às reivindicações dos trabalhadores.

Com responsabilidade na mesa, disposição para o diálogo, unidade e mobilização nas bases, seguiremos defendendo uma negociação verdadeira, capaz de corrigir as injustiças e construir um plano único, democrático e valorizador para todos os petroleiros e petroleiras.